

O ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DA ESCADA: COMO UM ESPAÇO DE REELABORAÇÃO INDÍGENA

Talita Almeida Ferreira

Graduanda em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

E-mail: talitaalmeida5@yahoo.com.br

Palavras-chave: Aldeamento. Índios aldeados. Resistência adaptativa. Identidade.

Por muito tempo, a história dos índios do Brasil resumia a idéia de que esses povos foram vítimas das ações dos europeus e de uma política que lhes eram externas. Essa concepção, que excluía os índios como atores legítimos de sua própria história, perdurou por muito tempo na historiografia brasileira, que analisava a história dessas populações a partir do ponto de vista dos colonizadores. É um engano pensar que os povos indígenas não tiveram sua própria visão sobre o processo de colonização e os seus dramáticos desdobramentos.

Considerar os índios como sujeitos históricos significa ampliar as perspectivas de análise histórica acerca dessas populações e romper com o fantasma de uma história na infância propagada por Vanhagen e com o pessimismo de Von Martius, que considerava os índios como povos em via de extinção. John Monteiro (2001), discutindo a imagem cristalizada do índio brasileiro, na sua tese *Tupis, Tapuias e Historiadores* afirma que entre os historiadores por muito tempo imperou essas duas noções, difundidas pelos primeiros historiadores. A primeira desconsiderava os índios como sujeitos históricos e a segunda noção, que segundo o autor é ainda mais problemática que a primeira, pois, trata os povos indígenas como populações que beiravam o desaparecimento. Assim, predominou na historiografia indígena até a década de 1980 as “crônicas de sua extinção” que resultou na imagem dos povos indígenas cristalizada no período colonial.

Esse panorama começou a ser alterado, a partir do final dos anos 1970, consequência do empenho de historiadores, antropólogos, arqueólogos e lingüistas, que permitiu elaborar o que o autor denomina de nova história indígena. As novas vertentes surgiram do diálogo teórico entre a história e a antropologia também, para atender as demandas de um emergente movimento indígena que tentava se legitimar nos fins da ditadura militar (MONTEIRO, 2001, p.5).

Nesse sentido, Almeida destaca os desafios metodológicos que a tarefa de repensar a história indígena impõe, dentre eles o de instituir uma constante interação entre processos históricos e a organização cultural indígena, destacando as experiências que analisadas na ótica interdisciplinar trazem novas abordagens sobre o processo de transformações dos grupos étnicos na conjuntura colonial. Essa análise “conduz ao abandono do dualismo simplista entre a noção de ‘índio aculturado’ e a de ‘índio puro’” (ALMEIDA, 2003,p.34).

Baseando-se na nova perspectiva da história indígena, que este trabalho busca compreender as ações dos índios que vivenciaram o processo colonial, inseridos na conjuntura do aldeamentos. Compreendemos que os aldeamentos visavam à integração da população nativa na ordem colonial, através da rearticulação de suas estruturas sociais. Como aborda Almeida, o objetivo era transformar os nativos em súditos cristão que garantiriam a ocupação e manutenção da terra (ALMEIDA, 2003, p.81). Portanto, neste trabalho, focalizamos a missão de Nossa Senhora da Escada para analisarmos as relações entre os índios aldeados e a sociedade colonial, ponderando sobre possíveis formas, ou não, de como os índios locais experimentaram sociocultural suas vivências no contexto daquele aldeamento.

De origem jesuítica, este aldeamento foi fundado na capitania de Ilhéus já no final do século XVII, ou seja, após quase dois séculos em que o projeto colonial estava em andamento, processo este que acarretou desestruturação da dinâmica interna das sociedades indígenas. Entretanto as fontes não tratam com precisão a data de sua fundação, segundo informações de Luis Freire de Veras,¹ o livro de assento de batismo, mais antigo que foi encontrado na Igreja da aldeia, estava datado de 20 de novembro de 1682 (BNRJ, 1768, fl.32). De acordo com Serafim Leite, a Aldeia dos Padres já existia há muito tempo, “mas, reorganizada e com residência fixa, data a penúltima década do século XVII” (LEITE, 1945, p.223). Corroborando com essa ideia, a antropóloga Suzana Viegas, que ao analisar o mapa da Capitania de Ilhéus, elaborado em 1631 por João Teixeira Albernaz, observou a existência de uma “Aldeia dos Índios dos Padres”, que provavelmente teria dado origem ao Aldeamento de Nossa Senhora da Escada (VEIGAS, 2007, p. 45). Essa constatação nos leva a pensar que, aproximadamente entre 1630 e 1680, os inicianos desenvolveram atividades de catequese nas aldeias estabelecidas na parte sul da Capitania de Ilhéus.

¹Luis Freire de Veras foi um ouvidor da Bahia em 1768, que relatou a situação da Aldeia de Nossa Senhora da Escada, após quase uma década após a expulsão dos Jesuítas da região, escreveu o documento “Respostas aos quesitos retro respectivos à Aldeia de N. S. da Escada... 1768. Como este documento não possui página, faremos a referência dele ao longo do texto citando o número das folhas na ordem original, como fez Marcelo Henrique Dias, na obra *Um lugar na História*.

O Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, estava localizado na parte sul da capitania, a uma distância de três léguas da sede. Segundo Silva Campos (1991 apud MARCIS, 2004), este aldeamento quando foi fundado recebeu quantidade de terra superior à doada as outras aldeias da capitania, seu território compreendia cinco léguas de frente por uma de fundo e era habitado por 580 moradores (CAMPOS, 1991 apud MARCIS, 2004, p.38). Luis Freire de Veras, descreve com mais precisão a dimensão do territorial da aldeia na segunda metade do século XVIII: “tem as terras dos d^{tos} Índios, e a de q estão de posse, de Norte p^a Sul 6p^a 5 legoas q hé desde o Riaxomanguinhos, the o Riaxo (o) Aqui, [...] tem a sua nascença aos altos pelloscertões dentro, [...] de largura tem as dictas terras de Leste p^a Oeste humalegoa q agóra lhes foi medida a q confina com os certões e Mattas verdes, por onde não há certeza de Senhorio...” (BNRJ, 1768, fl. 3).

No que se refere à sua composição étnica, segundo Terezinha Marcis, o aldeamento de Nossa Senhora da Escada, devido a grande diversidade dos povos que habitavam o território da capitania de Ilhéus, agregou diversos grupos indígenas. A autora, baseando-se no quadro sobre a localização dos aldeamentos e sua composição étnica², afirma que a população era composta pelas etnias Tupinikin, kamakã-Mogoió, Tupinambá, Botocudos e Gren (MARCIS, 2004, p. 37-38).

O aldeamento de Nossa Senhora da Escada foi um dos espaços de inserção indígena na sociedade colonial, como tal, despertou diversos interesses entre os agentes sociais envolvidos. A partir da documentação em estudo, observamos que este aldeamento foi alvo de intensa disputa entre colonos, jesuítas e os índios, que recorreriam às autoridades colônias para atender as perspectivas que tinham sobre a aldeia e o seu funcionamento. Neste contexto, os índios que compunham o aldeamento de Nossa Senhora da Escada, também se articulavam de diversas maneiras com finalidade de negociar alguns “benefícios”, para isso, muitas vezes utilizaram dos instrumentos do Estado a seu favor. Nessa perspectiva, este trabalho objetiva discutir a ação dos grupos indígenas no Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, compreendendo essas ações como formas de resistência dentro da estrutura colonial.

Documentos do século XIII sobre a Aldeia de Nossa Senhora da Escada, nos demonstram que esse aldeamento foi palco de diversos conflitos entre índios, missionários e colonos. Neste texto analisaremos alguns documentos que mostra-nos que esses índios estavam longe de somente serem sujeitos pacíficos na ordem colonial, mas se

² O quadro citado foi retirado por Marcis do texto de PARAÍSO, Maria Hilda B. *Índios, aldeias e aldeamentos em Ilhéus (1532-1880)*. Comunicação apresentada no Simposio regional da ANPUH-BA. Ilhéus; UESC/UFBA/FFS/ANPUH, 2002.

articulavam resistindo, por meio das negociações, ou por meio da rebeldia, como relata o documento a seguir.

O padre Provincial da Companhia de Jesús remete ordem ao missionário da aldeia dos Índios que administra nessa Capitania dos Ilhéus, para que mande a minha presença o capitão dela Manuel Rodrigues e os índios Felício, Braz, e Inofre que desinquietavam e perturbam os mais índios da dita Aldeia. Vossa Mercê dará todo favor e ajuda ao dito padre Missionário, para este efeito e seguirá também, o que o Padre Provincial recomendar a Vossa Mêrcer, assim para a remessa dos ditos Capitão e índios como para a quietação e sossego dos mais e se conservarem pacíficos nessa Aldeia. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e Janeiro 14 de 1716. Marques de Angeja. Carta que se escreveu ao Capitão-mor da Capitania de Ilhéus (DHBN, v. XLII, p.321).

Percebe-se neste fato, que a idéia de apenas submissão, de passividade, dos índios da Aldeia dos Padres, pode ser contestada. Nota-se neste documento que as referidas “perturbações” incomodou de tal modo as autoridades portuguesas, que viram nelas uma ameaça a ordem colonial, pois “desinquietavam” os índios da aldeia. Trechos de outro documento nos revela que o Capitão Manuel Rodrigues já não cumpria as ordens dos eclesiásticos. “Pela grande omissão com que se tem havido o Capitão-mor dos Índios dessa Aldeia Manuel Rodrigues na observância das minhas ordens (...)” (DHBN, v.XLII, p.8).

Mas, o caso do Capitão Manuel Rodrigues não foi o único que nos revela a ação de conflito dos grupos indígenas dentro do Aldeamento. O processo de transformação dos nativos em súditos cristãos acarretava para esses povos irreparáveis perdas. Na posição de subalternos na hierárquica sociedade colonial, estes povos estavam sujeitos ao trabalho compulsório, epidemias e, provavelmente, eram constantemente forçados a abandonar suas práticas culturais e tradições. Entretanto, também se apropriavam e reelaboravam os mecanismos de imposição e dominação do colonizador (ALMEIDA, 2003, p.138). Sobre os índios de Nossa Senhora da Escada, os documentos nos assinalam que estes recorreram às autoridades coloniais para assegurar nos cargos administrativos da aldeia aqueles que eram reconhecidos supostamente como lideranças. O documento abaixo relata a ação que esses índios empenharam nesse sentido.

Vendo a conta que Vossa mercê nos deu, por carta de dezenove do passado, e a que também nos deram os oficiais da câmara dessa Vila, com o requerimento que lhe tinham feito os Índios da Aldeia dela, sobre a ordem que tínhamos mandado a Vossa Mercê para meter de posse a João Rodrigues que se acha provido por este governo, no posto de Capitão-mor da mesma Aldeia, não o querendo admitir nela nem no exercício do mesmo posto; e

[C1] Comentário: Colocar na referência.

como não consta estar o dito João Rodrigues, criminoso, nos pareceu deferir a tal requerimento, mandando passar as patentes juntas de Capitão-mor, e Sargento-mor aos Índios, que eles querem, as quais Vossa Mercê lhe entregará, dando-lhe primeiro posse e advertindo-os, do como devem proceder no exercício deles, e obediência que devem ter ao seu Padre Missionário, de sorte que dos seus procedimentos, nos não chegue a mais leve queixa. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e Setembro 25 de 1720. S. Arcebispo da Baía. Caetano de Brito de Figueiredo, João de Araujo e Azevedo. Para o Capitão-mor da Capitania dos Ilhéus (DHBN, v.XLII, p.343).

[C2] Comentário: Colocar na referência.

Neste documento, o arcebispo deixa claro que os índios tinham elaborado um “requerimento” pedindo que fossem nomeados índios por eles escolhidos para os cargos de Sargento-mor e Capitão-mor. Esse episódio corrobora com uma das idéias que estamos discutindo em nossa pesquisa: os aldeamentos também eram utilizados pelos índios como espaços seus. Viver neste lugar era uma maneira desobreviver e também de negociar com a sociedade colonial. Como aborda Almeida, os súditos pertenciam a um lugar específico na hierárquica sociedade do Antigo Regime, tinham além das obrigações, alguns direitos, como o de pedir mercê e justiça ao soberano (ALMEIDA, 2001, p.102). Os documentos sobre o Aldeamento de Nossa Senhora da Escada nos demonstra que esses índios em varias situações recorreram as autoridades colônias em busca desses “direitos”. Ainda pelo documento citado, acompanha-se que houve uma resposta favorável das autoridades coloniais atendendo os índios da Aldeia dos Padres. Isto nos permitiu ponderar que essas autoridades, às vezes, reconheciam o papel que alguns índios aldeados desempenhavam naquela sociedade. Em algumas situações os colonizadores atendiam certas solicitações para, talvez, manter as alianças e evitar rebeliões.

Também não podemos deixar de observar que os índios aldeados, quando faziam alguma petição nos padrões portugueses, reelaboravam suas identidades na dinâmica dos aldeamentos. Naquele território os diversos grupos vivenciavam a experiência de aldeados e, por vezes, organizavam-se em torno de um objetivo comum. Como aborda Maria Celestina de Almeida, os grupos aldeados, se mobilizavam em ações políticas coletivas.

em geral por disputas de território, por recusa a escravidão e os trabalhos considerados abusivos [...] essa ação política e coletiva dava-lhe o sentido de união em torno de um objetivo comum, contribuindo de forma essencial, para desenvolver neles o sentimento de identificação de grupo e de pertencimento a uma aldeia e ao próprio Império português (ALMEIDA, 2003, p. 261).

Como possibilitam ponderar os documentos supracitados, os índios do Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, para solicitar as “mercês” não se apresentavam com o nome dos grupos étnicos que formavam aquele aldeamento, mas se identificavam perante as autoridades com o nome da aldeia que pertenciam. Na documentação encontrada, eles aparecem como: os “índios da Aldeia dos Padres” ou “índios da Aldeia de Nossa Senhora da Escada”. Especificavam assim o lugar que pertenciam na estrutura colonial. É em torno dessa identidade forjada, na vivência do aldeamento, que esses grupos se organizavam quando não estavam satisfeitos com as ações dos missionários. O documento abaixo revela um episódio em que, descontentes com a administração temporal dos jesuítas, os índios se recusaram a obedecer aos missionários, sendo necessária a intervenção da administração colonial para a solução do problema:

Recebi a carta de Vossa mercê e vi a conta que me dá em ordem aos Índios da Aldeia dos Padres, e repugnância, que os ditos Padres os Governassem no temporal e sem embargo de que por esta sua resistência mereciam mandasse usar com eles de um exemplar castigo houve por bem de lho omitir, e tenho resoluto que os R.R Padres mandem logo para a Aldeia Padre que seja seu Pároco, e esteja sempre com êles indigente na Casa dos Ilhéus [...] e pelo que toca a dúvida sobre a jurisdição temporal, fico considerando nela, ouvindo o procurador dos mesmos índios, e os R.R. padres e, entretanto, se irá continuando na mesma fôrma, e quando os Índios tenham alguma cousa que representar, o virão fazer a Vossa Mercê, de quem receberão as ordens como Capitão-mor desse distrito, as quais Vossa Mercê lhe dará só no que toca ao temporal, não se metendo de nenhum modo no espiritual, e hei a Vossa mercê por muito recomendado, o procurar todo o sossego desses Índios, e povos, como também fazer as mesmas recomendações aos moradores dessa parte para que contribuam para o mesmo efeito. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e Maio 3 de 1717. Carta que se escreveu ao Capitão-mor da Capitania dos Ilhéus (DHBN, v. XLIII, p. 50-51).

Na condição de aldeados os índios estavam submissos aos religiosos tanto no poder temporal como no espiritual. Nesse contexto, os padres controlavam o trabalho indígena, utilizando-o na produção interna do aldeamento e na prestação de serviços temporários aos colonos. De acordo com o ouvidor Luis Freire de Veras, que visitou a aldeia na penúltima década do século XVIII, nenhum desses índios trabalhava como escravos, estes recebiam pagamento pelos serviços prestados fora da aldeia. Entretanto, a metade da jornada ficava para os missionários e quando os índios se recusavam a partilha eram “castigados no tronco” (BNRJ, 1768, fl.30). Deste modo, podemos perceber que a jurisdição temporal exercida pelos jesuítas era, às vezes, motivo de conflito dentro do aldeamento.

[C3] Comentário: Colocar na referência.

O documento a seguir nos permite pensar que os indígenas, mesmo submissos ao “poder legal” dos padres, também burlavam as ordens e procuravam fazer o que para eles era mais vantajoso. Assim, mesmo diante da pressão que as autoridades eclesiásticas exerciam, utilizando o castigo físico como punição para aqueles que desobedeciam as ordens, os índios continuavam negociando e prestando serviços diretamente aos colonos sem o consentimento dos missionários. O documento abaixo nos revela a resolução do conflito.

Como esses índios são vassallos de Sua majestade que Deus guarde se faz preciso dissimular com eles e vista a repugnância que têm para obedecerem aos Padres da Companhia do governo temporal, Vossa Mercê os governe até eu não mandar o contrário advertindo que nenhum desses moradores há de ir à Aldeia a buscá-los para o seu serviço e só os poderá repartir quando assim seja necessário. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e maio 7 de 1721. Vasco Fernandes Cesar de Menezes. Para o Capitão da Capitania dos Ilhéus (DHBN, v.XLIV, p. 52).

[C4] Comentário: Colocar na referência.

As lacunas das fontes sobre o Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, impõem para a pesquisa historiográfica a dificuldade de analisar as perspectivas que os povos indígenas possuíam sobre este território. Cabe lembrar que estes documentos oficiais expressam o olhar do colonizador sobre essas populações. Portanto, para analisarmos o sentido que os índios atribuíam a esse processo é preciso atentar para uma análise crítica desses documentos. Seguindo essa perspectiva, é possível perceber que esses índios também vivenciaram esse período e os seus desdobramentos. Pois, as petições, o “direito” de trabalharem para quem quiserem, a destituição de autoridades por eles não reconhecida e a solicitação de cargos, é a indicação que esses índios possuíam expectativas e interesses sobre esse aldeamento e esforçavam para garanti-los. Os documentos apresentados assinalam para a complexidade das relações socioculturais entre índios e sociedade colonial. Possibilitam pensar que, longe de serem somente passivos à ordem colonial, os índios do Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, também participavam dessa sociedade: incorporando e reelaborando aquele aldeamento como lugar de suas vivências, interferindo assim no seu processo de construção. Portanto, ponderamos que: o Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, mais do que um lugar de perdas e extinções, tornou-se para os grupos étnicos ali aldeados um lugar de reelaboração de suas identidades.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CAMPOS, João da Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 2006.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves. *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a Capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul. Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil: da Baía ao Nordeste: estabelecimentos e assuntos locais*. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. Tomo V, cap. X, p. 216-226.

MARCIS, Teresinha. *A “hecatombe de Olivença”: construção e reconstrução da identidade étnica - 1904*. 2004. Dissertação (de que?) – Universidade, local?, 2004.

[C5] Comentário: Completar.

MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. Tese (Livre Docência) – Universidade?, Campinas, 2001.

[C6] Comentário: Completar.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séc. XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

VIEGAS, Susana de Matos. *Terra Calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

Fontes

BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO – BNRJ. Rio de Janeiro. VERAS, Luis Freire de. *Respostas aos quesitos retro respectivo à Aldeia de N. S. da Escada, hoje V. de Nova Olivença, Bahia e mais: N. S. das Candeias; Santo André e São Miguel de Serinhaem*. 1768. 33f., MS 512 (28).